

Cláudia Roberta Tavares Silva*

A NATUREZA DOS EXPLETIVOS EM CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS: UMA ANÁLISE NÃO UNIFICADA EM LÍNGUA PROP-DROP E NÃO-PRO-DROP**

(The nature of the expletives in inaccusative constructions: a non-unified analysis in prop-drop and non-prop-drop languages)

ABSTRACT

In this paper, I do a comparative study between pro-drop and non-pro-drop languages with respect to the nature of the expletive that occupies Spec, IP in the unaccusative sentences. In these sentences, I defend that the expletive in Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP) is similar to *it* in English, but not to *there*, because it did not mark the Definiteness Effect (DE), an analysis that is not foreseen in Alexiadou and Anagnostopoulou (1998). The crucial consequence of this analysis is that the EPP parameter formulated by these authors is not attested because an XP can be merged in the A-position Spec, IP in pro-drop languages to receive nominative Case. Furthermore, I assume the proposal of these authors that DE is not presumably universal in the natural languages, contrary to Belletti (1988). So, with respect to mentioned aspects, the goals of this paper are: a) to develop an asymmetric analysis about the nature of the expletives in unaccusative sentences; b) to show empirical evidences that confirm the non-universality of DE and the non-existence of the EPP parameter, and c) to base the analysis on Minimalist Program framework.

Key words: Expletives; Inaccusative Sentences; Nominative Case.

RESUMO

Neste artigo, eu faço um estudo comparativo entre línguas pro-drop e não-pro-drop concernente à natureza do expletivo que ocupa Spec, IP nas sentenças inacusativas. Nessas sentenças, eu defendo que o expletivo no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE) é similar ao *it* em inglês, mas não ao *there*, pois não marca o Efeito de Definitude (DE), uma análise que não está prevista em Alexiadou e Anagnostopoulou (1998). A consequência crucial dessa análise é que o parâmetro EPP formulado por essas autoras não é atestado porque um XP pode ser inserido na posição-A Spec, IP em línguas pro-drop para receber Caso Nominativo. Ademais, eu assumo a proposta dessas autoras que o DE não é presumidamente universal nas línguas naturais, ao contrário de Belletti (1988). Desse modo, com relação aos aspectos mencionados, os objetivos deste artigo são: a) desenvolver uma análise assimétrica sobre a natureza dos expletivos em sentenças inacusativas; b) apresentar evidências empíricas que confirmam a não-universabilidade do DE e a não-existência do parâmetro EPP, e c) fundamentar a análise no Programa Minimalista.

Palavras-chave: Expletivos; Sentenças inacusativas; Caso Nominativo.

INTRODUÇÃO

Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), ao contrário de Burzio (1986), ao argumentarem que, em línguas pro-drop, a posição Spec, IP¹ não deve estar

* UFAL - claudinharoberta@ig.com.br

** Pesquisa financiada por uma bolsa CAPES/MEC/Brasil durante a realização do doutorado sanduíche na Universidade Nova de Lisboa (nº do processo: BEX 0491/03-9).

¹ Referir-me-ei à cisão da categoria IP em AgrSP e TP somente quando necessário.

preenchida por um *pro* expletivo (ex. o espanhol e o grego), diferentemente de línguas não-pro-drop, como o inglês e o francês, formulam o parâmetro EPP (*Extended Projection Principle*) que divide as línguas quanto à maneira como o traço-EPP de AgrSP é checado: há línguas em que esse traço é checado por *Move* ou *Merge* de um X^o (línguas pro-drop (línguas EPP-fracas)) e línguas em que ele é checado por *Move* ou *Merge* de um XP (línguas não-pro-drop (línguas EPP-fortes)). Partindo dessa proposta, apresentarei evidências empíricas de que o licenciamento de um expletivo em contextos inacusativos é requerido em Spec, IP no português europeu (PE) e no português brasileiro (PB), línguas pro-drop e semi-pro-drop, respectivamente (Cf. SILVA, 2004), devido a um requerimento de ordem sintática: a atribuição de Caso nominativo, uma situação não prevista na análise das referidas autoras e que vai de encontro à existência do parâmetro supracitado.

Assumindo neste artigo com Costa (1998, 2003) e Brito (2001), ao contrário de Barbosa (1996) e Britto (2000), que sujeitos pré-verbais no PB e no PE não estão deslocados à esquerda da frase, ao contrário do grego, por ocuparem a posição-A mais alta da frase, nomeadamente Spec, AgrSP, havendo movimento de V-para-T, é plausível argumentar a favor da não existência do parâmetro EPP. Sendo o PE, por exemplo, uma língua pro-drop, como o grego, esperar-se-ia que o traço-EPP fosse checado por *Move* ou *Merge* de um X^o, seguindo a análise proposta por Alexiadou e Anagnostopoulou (op. cit.), o que não é corroborado, pois um XP ocupa a posição Spec, AgrSP. As evidências empíricas no PB e no PE contra a análise do deslocamento à esquerda dos sujeitos encontram-se a seguir:

A Presença de ligação-A:

Costa (1998, p. 328) observa que a ligação-A pode ser estabelecida entre o sujeito pré-verbal e um pronome co-referente na posição pré-verbal e pós-verbal no PE, conforme ilustrado em (1a) e (1b), respectivamente:

- (1)a. Todos os estudantes pensam que eles passarão.
 b. Todos os estudantes pensam que passarão eles.

No PB verifico que a ligação-A também é atestada à semelhança do PE, valendo ressaltar que a agramaticalidade de (2b) decorre de a inversão sujeito-verbo não ser mais produtiva na gramática da primeira língua em contextos (in)transitivos por encontrar-se restrita a contextos inacusativos:

- (2)a. Minha amiga acha que ela encontrará um emprego.
 b. *Minha amiga acha que encontrará ela um emprego.
 (SILVA, 2004, p. 422)

Evidência adicional pode ser encontrada em frases em que a ligação-A pode ser estabelecida entre o sujeito pré-verbal e uma anáfora contida num PP adjunto na posição pré-verbal no PE (cf. (3)), conforme observa Costa (op. cit., p.111), uma situação também prevista no PB (cf. (4)). Nesse sentido, a idéia defendida por Barbosa (1996) de que o sujeito pré-verbal liga-se obrigatoriamente a uma categoria pronominal vazia em Spec, VP, conforme ilustrado na configuração sintática em (5), não é atestada:

(3) Todos os coelhos_i, durante a sua_i refeição, comeram uma cenoura.

(4) Cada criança_i, durante suas_i férias, gosta de viajar.

(5)[Subject_i [_{IP} pro_i t_v Object]]

Outra evidência pode ser verificada na análise de Brito (2001). Segundo essa autora, a expressão quantificada *Cada menino* seguida do PP adjunto em (6a) não está deslocada à esquerda, tendo em vista não poder ser topicalizada (cf. (6b)):

(6)a. Cada menino, nos seus jogos, sempre aprende alguma coisa.

b. *Cada menino, eu vi.

B. Ausência de efeitos de minimalidade A-barra:

Ao contrário de línguas com sujeitos pré-verbais deslocados à esquerda, como é o caso do grego (cf. (8)), é possível que o DP sujeito em posição pré-verbal seja antecedido por uma expressão WH- no PB e no PE (cf. (7)). Contudo, existindo tópicos múltiplos precedendo esse sujeito, a frase é agramatical nessas últimas línguas (cf. (9)), ao contrário do grego (cf. (10)):

(7) Que livros é que a Maria comprou?

(8) Pjon (*o Petros) ide (o Petros)?

“Quem (*O Pedro) viu (o Pedro)?”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1995 apud COSTA, 1998, p. 327)

(9) *A quem, as bonecas, deram ontem?

(10) Pote tin tēnia tin provalan ja proti for a
Quando o filme-ACC Cl-ACC mostraram-3PL pela primeira vez
“Quando (eles) mostraram o filme pela primeira vez?”

(ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, op. cit apud COSTA, loc. cit.)

C. Contexto marcado de topicalização múltipla:

Contextos frasais com mais de um constituinte topicalizado são muito marginais no PB (cf. (11b)) e no PE (cf. (12b)), valendo ressaltar que construções com deslocamento à esquerda do tópico pendente são preferíveis nas duas línguas. Nesse último caso, o DP sujeito topicalizado mantém co-referência com um constituinte interno ao comentário (cf. (13)):

- (11)a. Sobre a viagem, falei com meu esposo.
 b. ??? Sobre a viagem, com meu esposo, falei.
 (SILVA, 2004, p. 423)

- (12)a. Sobre o tempo, falei com o Pedro.
 b. ??? Sobre o tempo, com o Pedro, falei.
 (COSTA, 1998, p. 112)

- (13)a. ?O Paulo, com a Maria, esse sacana falou rapidamente.
 (Ibid., p. 113)

- b. ?O Pedro, com minha mãe, esse traiçoeiro falou rapidamente.
 (SILVA, op. cit., p. 424)

D. SVO em contexto não-marcado:

Costa e Galves (2002, p. 118) verificam que no PE a ordem não-marcada é SVO, tendo em vista ser a ordem legítima numa pergunta com focalização de toda a frase como: *o que é que aconteceu?*, ficando, portanto, bloqueada a ordem VSO, uma situação também verificada no PB:

- (14) A: O que é que aconteceu?
 B:a. O João partiu um copo.
 a'. *Partiu o João um copo.

Os autores também verificam que se, de fato, a única posição-A para o sujeito fosse Spec, VP, o sujeito apareceria posposto ao verbo na resposta à pergunta em (A), o que não ocorre (cf. (Ba')), ao contrário do grego (cf. (15)):

- (15) Pandreftike o Petros tin Ilektra
 Casou o Pedro-NOM a Ilektra-ACC
 “Casou o Pedro com a Ilektra.”
 (ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1995 apud COSTA, 1998, p. 306)

E. Ausência de acento focal sobre quantificadores indefinidos em posição pré-verbal:

Em sua análise sobre os sujeitos pré-verbais no italiano, Belletti (1990) argumenta que quantificadores indefinidos sofrem movimento-A' e ocupam Spec, CP em virtude de não poderem ser topicalizados, uma análise similar ao que é proposto por Barbosa (1996) para o PE. Costa e Galves (op. cit.), ao fazerem referência ao trabalho de Belletti (op. cit.), apresentam um contraste do italiano com o PB e o PE: na primeira língua, “...N-words without focal stress cannot precede a sentence adverb”² (cf. (16a)), ao passo que, nas duas últimas, advérbios de sentença podem romper a adjacência entre o constituinte indefinido e o verbo sem que ao primeiro seja atribuído um acento focal obrigatoriamente (cf. (16b)):

- (16)a. *Nessuno probabilmente ha sbagliato.
 “Ninguém provavelmente falhou.”
 b. Ninguém provavelmete falhou.
 (COSTA; GALVES, op. cit., p. P. 109)

F. Ausência de efeitos de definitude na posição pré-verbal:

Contrariamente ao grego em que QPs indefinidos pré-verbais possuem apenas leitura partitiva (cf. (17), no PB e no PE as leituras partitiva e existencial estão disponíveis a esses QPs (cf. (18)):

- (17) Enas heretise ti Maria. (leitura (+partitiva))
 Uma certa pessoa/ uma das pessoas cumprimentou a Maria.”
 (18) Alguém cumprimentou a Maria. (leitura (+partitiva) ou (-partitiva))

Embora o PE difira do grego no que concerne à posição ocupada pelos sujeitos pré-verbais, aquela língua compartilha com esta algumas propriedades das línguas pro-drop, tais como: a) inversão sujeito-verbo com todos os tipos de predicadores verbais (cf. (19)) e b) ausência do Efeito de Definitude (DE) sobre

² ...palavras negativas sem acento focal não podem preceder advérbios de sentença – Tradução minha.

o DP pós-verbal em construções inacusativas (cf. (20)). No PB, conforme sobejamente assumido na literatura (Cf. KATO, 1999; COELHO, 2000; BERLINCK, 2000), esse tipo de inversão está restrito a contextos inacusativos, à semelhança do inglês e do francês (cf. (21)), embora o DE não seja atuante sobre o DP pós-verbal (cf. (20)), servindo de evidência ao fato de essa língua ter uma natureza semi-pro-drop³ (Cf. SILVA, 2004):

(19)a. Chegaram os alunos. (*verbo inacusativo*)
(FIÉIS, 2003, p. 156)

b. Telefonou o Manuel/ um amigo. (*verbo intransitivo*)
(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 447)

c. Comeu a sopa o Paulo. (*verbo transitivo*)
Comeu o Paulo a sopa.
A sopa, comeu o Paulo.
(COSTA, 2000, p. 2)

(20) Chegou o João.
(SILVA, 2004, p. 31; 297)

(21)a. Chegou o trem.
b. ? Telefonou o cliente.
c. *Assinou uma carta o chefe do departamento.
d. **Enviou uma carta a todos o presidente da associação.
(KATO, 1999, p. 1)

A consequência crucial, portanto, da análise aqui proposta é que o parâmetro EPP, formulado por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) não ganha suporte empírico. Na bipartição entre línguas EPP-fortes e EPP-fracas, não há enquadramento para o PB e o PE, o que me leva a argumentar que não há motivação para propor a existência desse parâmetro na Gramática Universal. Para a realização dessa análise, discorrerei, na seção 2, sobre a proposta das autoras supracitadas em que não só assumirei, a partir de evidências empíricas do PB e do PE, que o DE não é presumidamente universal, como também analisarei alguns contextos inacusativos nessas línguas, argumentando que *Merge* de um expletivo na posição Spec, IP é uma operação motivada na sintaxe quando o Caso nominativo precisa ser atribuído a essa categoria pronominal sob configuração Spec, Head. Vale dizer, de antemão, que é plausível supor que a

³Rizzi, em comunicação pessoal no *II Lisbon Meeting on Language Acquisition* realizado em 2004 na Universidade de Lisboa, corrobora o fato de o PB ter esse caráter semi-pro-drop em virtude de nem ser uma língua pro-drop prototípica como o italiano, nem tampouco ser uma língua não-pro-drop como o inglês. Um fato que, segundo o autor me referiu, está relacionado ao processo de enfraquecimento da morfologia de flexão verbal nessa língua.

natureza dessa categoria pronominal difere da dos expletivos em construções inacusativas nas línguas não-pro-drop. Por fim, na seção 3, apresentarei as conclusões depreendidas durante a análise.

1 A ANÁLISE

Com base em Chomsky (1995) que argumenta a favor da idéia de que todo elemento incluído na numeração tem efeitos no *output* da PF e da LF, Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) observam que, em sentenças declarativas do inglês, do francês e do islandês (cf. (22)), os pronomes expletivos *there*, *il* e *Það*, respectivamente, são inseridos em Spec, IP por terem efeito tanto no *output* da PF quanto no da LF, nesse último caso, por marcar sintaticamente o DE, ao passo que, numa língua como o grego, não há motivação para a existência dessa categoria pronominal, pois o DE não é atuante sobre o DP pós-verbal (cf. (23)):

(22)a. There arrived a man/ *the man/ *every man. (*inglês*)

“Chegou um homem/ *o homem/ *todo homem.”

b. Il est arrivé un homme/ *l’homme. (*francês*)

“Chegou um homem/ *o homem.”

c. Það lasu einhverjir stúdentar bókina. (*islandês*)

“Leram alguns estudantes o livro”

(23)a. eftase ena pedi/ o Jorgos/ kathe filou mu. (*grego*)

“Chegou uma criança/ o George/ cada um dos meus amigos.”

b. diavase ena pedi/ kathe pedi to vivlio.

“Leu uma criança/ cada criança o livro.”

Conforme verificado pelas referidas autoras, os DPs pós-verbais têm de ser indefinidos quer seja nas construções inacusativas do inglês e do francês (*a man* e *un homme*, respectivamente (cf. (22a) e (22b)), quer seja na construção expletiva transitiva (*transitive expletive constructions (TEC)*) do islandês (*einhverjir stúdentar* (cf. (22c)), ao contrário do que ocorre no grego (cf. (23)), o que as leva a assumirem que, em línguas não-pro-drop, há obrigatoriamente na ordem VS(O) um expletivo em Spec, IP que marca sintaticamente o DE atuante sobre o DP pós-verbal, ao passo que, em línguas pro-drop, não há expletivo ocupando essa posição-A, garantindo, portanto, a não-universalidade desse efeito, ao contrário da predição de Belletti (1988). Nessa acepção, o XP que, nesses casos, é o expletivo checa o traço-EPP nas línguas não-pro-drop. Não obstante, ergue-se um questionamento: sendo o francês um língua em que o traço-EPP é checado por *Move* ou *Merge* de um XP, que motivação haverá para que o verbo mova-se para o núcleo flexional mais alto, conforme verificam

Costa e Galves (2002)? A explicação formulada para essa questão baseia-se na seguinte predição: “A language that is pro-drop must be V-raising, but a language that is raising is not necessarily pro-drop.”⁴ (ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, op. cit., p. 527). No francês, segundo propõem essas autoras, o traço-V de T é checado através do movimento do verbo que, após checado, sobe juntamente com T ($[_T V-T]$) para o núcleo Agr onde é checado o traço-EPP de AGR e o traço-N de T relacionado com Caso já que um XP não pode ocupar Spec, TP nessa língua.

Reverendo as frases em (22), poder-se-ia pensar, à primeira vista, que o DE só é atuante no inglês, no francês e no islandês porque o pronome expletivo está realizado foneticamente. Contudo, as autoras formulam a seguinte hipótese: “[...] the null hypothesis is that there should be no difference between overt and covert expletives and, if there was, this should be a PF-related difference⁵” (p. 513). Evidência a favor dessa hipótese pode ser encontrada no caboverdiano, uma língua não-pro-drop, que, conforme observa Pratas (2004, p. 5), embora não licencie obrigatoriamente expletivos realizados foneticamente, o DE atua sobre o DP pós-verbal em construções inacusativas:

- (24)a. (dja) Txiga tres algen.
 “(Já) Chegou três pessoas.”
 b. *(dja) Txiga Juau.
 “(Já) Chegou o João.”

Um fato a ressaltar é que Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) defendem que o DE é atuante em todas as línguas naturais nas construções existenciais. Por conseguinte, nessas construções do grego, há um *pro* expletivo ocupando a posição Spec, IP, tal como acontece nas construções inacusativas do caboverdiano em (24a), havendo concordância de número estabelecida necessariamente entre esse expletivo que carrega os traços de 3ª pessoa do singular e o núcleo flexional (cf. (25)):

- (25) ehi anthropus/ *kathe anthropo edo.
 “Existe pessoas/ *cada pessoa aqui.”

⁴ Uma língua que é pro-drop deve ter movimento do verbo, mas uma língua que tem movimento do verbo não é necessariamente pro-drop. – Tradução minha.

⁵ [...] a hipótese nula é que não pode haver diferença entre expletivos visíveis e não-visíveis e, se houvesse, a diferença estaria relacionada à PF. – Tradução minha.

O *pro* expletivo que ocupa a posição Spec, IP em (25) tem a mesma natureza, por exemplo, da dos expletivos do tipo *there* e *il* do inglês e do francês, respectivamente, tendo em vista que sua presença em Spec, IP só é legitimada se o DP pós-verbal for indefinido. Não obstante, a proposta de correlacionar o DE às sentenças existenciais em todas as línguas merece, a meu ver, algumas ressalvas, pois há contextos frasais que servem como exceções a essa proposta. No PB e no PE, é possível que DPs definidos ocupem a posição pós-verbal nessas sentenças:

- (26)a. Há o Pedro que é o secretário do Centro de Ciências Biológicas.
 b. Existe a Torre Eiffel que é um dos pontos turísticos mais visitados na França.
 (SILVA, 2004, p. 573)

A questão que se ergue, a partir das estruturas fráscas em (26), é saber o que motiva a presença pós-verbal do DP definido. Uma possível explicação é argumentar a favor da atuação do componente fonológico sobre os *outputs* sintáticos gerados no PB e no PE, o qual escolhe pós-sintaticamente o *output* em que DPs que contêm dois sintagmas fonológicos, no mínimo, encontram-se à direita da frase, satisfazendo dessa forma um de seus requerimentos: DPs pesados devem ocupar a posição mais à direita da frase, tal como acontece nos casos da ordem com o *Heavy NP Shift* no inglês.

Ao trabalharem no domínio da interface sintaxe/fonologia, Inkelas e Zec (2001) propõem a existência de mais um nível de representação associado ao domínio prosódico denominado estrutura prosódica (*P-structure*), onde se dá a interação entre sintaxe e fonologia. Nessa estrutura estão organizados hierarquicamente os seguintes constituintes:

- (27) phonological word (“palavra fonológica”)
 phonological phrase (“sintagma fonológico”)
 intonational phrase (“sintagma entoacional”)
 utterance (“enunciado”)

Vale referir que entre o domínio sintático e o domínio prosódico não há isomorfismo. Os constituintes são hierarquizados, obedecendo às condições que são impostas em cada domínio. Analisando os dois primeiros constituintes prosódicos acima, Inkelas e Zec defendem que um sintagma fonológico deve ser preferencialmente formado de, pelo menos, duas palavras fonológicas: [[]_u []_u]_ø (sendo “_u” correspondente à palavra fonológica, e “_ø”, ao sintagma fonológico). Dependendo da ramificação do sintagma fonológico, *outputs* sintáticos podem ser filtrados no componente fonológico, como é o caso já mencionado das construções do inglês com o *Heavy NP Shift*, em que esse NP

deve conter, no mínimo, dois sintagmas fonológicos (cf. (28b)), caso contrário, a frase é agramatical (cf. (28a)):

- (28)a. *Mark showed to John [[some letters]_o]_{NP}.
 “Mark mostrou ao João algumas cartas.”
 b. Mark showed to John [[some letters]_o [from Paris]_o]_{NP}.
 “Mark mostrou ao João algumas cartas de Paris.”
 (INKELAS; ZEC, 2001, p. 546)

Com base em (28), as autoras concluem que a sintaxe do inglês gera dois *outputs*: um correspondente à ordem com o *NP Shift* movido e outro, à ordem com o *NP Shift* não movido, ficando a critério do componente fonológico excluir aquele que não satisfaz prosodicamente seus fins.

No trabalho de Brevik (1981, p. 17), o autor também constata que DPs têm de ocupar a posição mais à direita da frase em sentenças existenciais do inglês quando estão submetidos a efeitos de peso (cf. (29b)), um fato similar ao que acontece nas frases em (26):

- (29) a. Unicorns exist.
 “Unicórnios existem.”
 b. There exist unicorns that are white in the winter, green in the spring, grey in the summer, and black in the autumn.
 “Há unicórnios que são brancos no inverno, verdes na primavera, cinzas no verão, e pretos no outono.”

Em (29), sendo o DP *Unicorns* sujeito de um predicado de nível individual (*individual-level predicate*), seria esperado, seguindo a análise proposta por Diesing (1992), que ele só ocupasse a posição Spec, IP, uma predição que não é confirmada em (29b) em virtude de o componente fonológico atuar como uma espécie de filtro sobre as derivações sintáticas no inglês. Sendo possível a geração de dois *outputs* na sintaxe dessa língua: um, com a ordem SV tendo o DP leve e outro, com a ordem VS contendo o DP pesado, o componente fonológico escolhe este último como o melhor que satisfaz seus requerimentos.

Passando, agora, a analisar, mais detidamente, alguns contextos inacusativos do PE e do PB, tomando por base a proposta de análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), observo que o DP pós-verbal pode ser definido e indefinido, à semelhança do grego. No entanto, apesar de a gramática do PB comportar-se similarmente à gramática do PE nesse aspecto (cf. (30)), aquela difere desta por bloquear a posição pós-verbal do sujeito com verbos (in)transitivos, tal como acontece no inglês (cf. (31)), uma consequência do processo de mudança por que está passando sua gramática (Cf. DUARTE, 2000; BERLINCK, 2000):

- (30)a. Entrou um menino na escola.
 b. Chegou o João.
 c. Chegou cada um dos candidatos à entrevista.
- (31)a. *Comeu o João o bolo.
 b. *Ate John the cake.
 c. *Tossiu o João.
 d. *Sneezed John.
 (SILVA, 2004, p. 575)

Observando as frases em (30), é possível inferir que a posição Spec, IP não é ocupada por um *pro* expletivo, sendo produzida a ordem VS, mas não *pro*VS, à semelhança do grego, já que o DE não é atuante. Não obstante, o PB e o PE diferem dessa língua por legitimarem um *pro* expletivo nos seguintes contextos inacusativos onde o núcleo flexional estabelece concordância morfológicamente visível não com o DP pós-verbal, mas com o expletivo nulo que possui os traços de terceira pessoa do singular:

- (32)a. *pro* chegou alguns meninos.
 b. *pro* chegou os meninos.

Nas sentenças existenciais do grego, conforme verificado em (25), é obrigatório que o DP pós-verbal seja indefinido e que o expletivo nulo em Spec, IP tenha a mesma natureza dos expletivos *there* e *it* por marcar sintaticamente o DE. Contudo, essa argumentação não é válida para a análise das sentenças em (32), tendo em vista que o expletivo preenche essa posição-A, independentemente da definitude do DP. Esse fato leva-me a argumentar que esse *pro* expletivo não tem a mesma natureza da dos expletivos *there* e *it* do inglês e do francês e da do expletivo nulo nas sentenças existenciais do grego, por exemplo.

Portanto, é plausível defender que o *pro* expletivo nas construções inacusativas do PB e do PE tem a mesma natureza do expletivo *it* no inglês no sentido de ter os traços de terceira pessoa do singular, um típico valor *default*, ao qual é atribuído Caso nominativo sob configuração Spec/Head, sendo interpretado em LF como “nulo”, segundo propõe Groat (1995) para o inglês. Como consequência da inserção desse expletivo, a ordem correspondente no PB e no PE é *pro*VDP, sendo o DP o argumento interno, nos temos defendidos por Burzio (1986), conforme ilustra esta configuração sintática: $[_{IP}pro [_{I'} [_{I'} V [_{VP} t_v DP]]]$ Nessa acepção, a atribuição de Caso nominativo sob configuração Spec/Head é legítima entre o expletivo que ocupa a posição-A Spec, IP e o núcleo flexional, à semelhança do que ocorre no francês, segundo observa Kato (1999, p.17) (ex.: Il est arrivé trois hommes.).

Não obstante, a diferença do PB e do PE com o francês tem a ver com o seguinte fato: nas primeiras, a presença do expletivo é obrigatória quando não há concordância morfológicamente visível entre o DP pós-verbal e o núcleo flexional nas construções inacusativas, a fim de que o Caso nominativo possa ser atribuído ao expletivo, satisfazendo um requerimento de ordem sintática, ao passo que, na segunda, o expletivo é legitimado para marcar sintaticamente o DE.

Levando em conta que ao expletivo nulo em Spec, IP (ex.: *pro Chegou uns meninos à minha casa.*) é atribuído Caso nominativo, como explicar, então, a atribuição desse Caso ao DP pós-verbal quando há concordância morfológicamente visível entre ele e a flexão verbal (ex.: *Chegaram os meninos.*) já que, como é sobejamente assumido, verbos inacusativos não selecionam um argumento externo?

Uma explicação plausível à questão acima pode ser fundamentada na proposta de Chomsky (1999, p. 4) quando propõe a operação *Agree* na gramática, que é ativada quando uma relação entre um *probe* (“sonda”) e um *goal* (“alvo”) precisa ser estabelecida. Através dessa operação, o DP pós-verbal recebe Caso nominativo do núcleo flexional, satisfazendo a condição de localidade imposta por esse tipo de operação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rediscutindo a proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), é possível concluir que, nas construções inacusativas, a natureza do expletivo inserido em Spec, IP em línguas não-pro-drop, como o inglês e o francês, cuja função é marcar sintaticamente o DE, não é da mesma natureza que a do expletivo em Spec, IP no PB e no PE. Nessas duas últimas línguas, a presença dessa categoria pronominal só é requerida para satisfazer um requerimento sintático: a atribuição de Caso nominativo, o que implica assumir que sua natureza é similar a do expletivo *it* do inglês.

Havendo *Merge* do expletivo em Spec, IP, o Caso nominativo é atribuído sob configuração Spec/Head, caso contrário, o DP pós-verbal recebe Caso através da aplicação da operação *Agree*, nos moldes de Chomsky (1999). Uma consequência da análise desenvolvida neste artigo é que a posição-A Spec, IP pode ser preenchida por um XP no PB e no PE, o que implica não assumir a existência do parâmetro EPP formulado por Alexiadou e Anagnostopoulou (op. cit.), embora o princípio de que todas as línguas naturais possuem sujeito (Princípio EPP) continue sendo assegurado. Ademais, a análise, a partir de evidências empíricas do PB e do PE, corrobora a proposta dessas autoras de que o Efeito de Definitude não é presumidamente universal, ao contrário da proposta belletiana.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. (1995). SVO and EPP in null subject languages and Germanic. **Fas Papers in Linguistics**. University of Potsdam, Germany.
- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. (1998). Parametrizing AGR: word order, V-movement and EPP-checking. **Natural Language and Linguistic Theory**, n. 6, p. 491-539.
- BARBOSA, P. (1996). A new look at the null subject parameter. In: COSTA, J. et al. (Ed.). **Proceedings of ConSOLE IV**. Leiden, nov., p. 375-395.
- BELLETTI, A. (1988). The case of unaccusatives. **Linguistic Inquiry**, v. 19, n. 1, p. 1-34.
- BELLETTI, A. (1990). **Generalized verb movement**. Turin: Rosenberg e Sellier.
- BERLINCK, R. A. (2000). Brazilian Portuguese VS order: a diachronic analysis. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Ibroamericana, p. 175-194.
- BREVIK, L. E. (1981). On the interpretation of existential *there*. **Language**, v. 57, n. 1, p. 1-25.
- BRITO, A. M. (2001). Clause structure, subject positions and verb movement about the positions of *sempre* em European Portuguese and Brazilian Portuguese. In: D'HULST, Y. et al. (Ed.). **Current Issues in Linguistic Theory**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 63-85.
- _____; DUARTE, I.; MATOS, G. (2003). Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, p. 433-506.
- BRITTO, H. (2000). Syntactic codification of categorial and thematic judgements in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana, p. 195-222.
- BURZIO, L. (1986). **Italian syntax: a government-binding approach**. Dordrecht, Reidel: Kluwer Academic.
- CHOMSKY, N. (1995). **The minimalist program**. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- _____. (1999). Derivation by phase. **MIT Working Papers in Linguistic**, n. 18, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- COELHO, I. L. (2000). **A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- COSTA, J. (1998). **Word order variation: a constraint-based approach**. Holanda: Holland Academic Graphics.
- _____. (2000). **O comportamento de sujeitos e complementos em português europeu**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, set.
- _____. (2003). Null vs. overt Spec, TP in European Portuguese. In: QUER, J. et al. (Ed.). **Romance Languages and Linguistic Theory 2001**. Selected papers from 'Going Romance'. Amsterdam: John Benjamins, p. 33-49.
- _____; GALVES, C. (2002). External subjects in two varieties of Portuguese evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C. et al. **Romance languages and linguistic theory 2000**. v. 232 Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, p. 109-125.
- DIESING, M. (1992). **Indefinites**. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- DUARTE, M. E. L. The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese. In:

- KATO, M. A.; NGRÃO, E. V. (Eds.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Iberoamericana, p. 17-36.
- FIÉIS, M. A. (2003). **Ordem de palavras, transitividade e inacusatividade**: reflexão teórica e análise do português dos séculos XII a XVI. Dissertação (Doutoramento em Lingüística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- GROAT, E. M. (1995). English expletives: a minimalist approach. **Linguistic Inquiry**, v. 26, n. 2, p. 354-365.
- INKELAS, S.; ZEC, D. (2001). Syntax-phonology interface. In: GOLDSMITH, J. A. (Ed.). **The handbook of phonological theory**. Cambridge, Mass.: Blackwell PublisherS, p. 535-549.
- KATO, M. A. (1999). A restrição de monoargumetalidade da ordem VS no português do Brasil. **Fórum Lingüístico**. Florianópolis, Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-21. (no prelo)
- PRATAS, F. (2004). Expletive *pro* and overt verbal agreement morphology: (counter-) evidence from Capeverdean. In: **14th Colloquium on Generative Grammar**, Porto, Handout, p. 1-14.
- SILVA, C. R. T. (2004). **As implicações da natureza de AGR para a ordem VS**: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.